

DIVERSIDADE CULTURAL: A ARTE AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

CULTURAL DIVERSITY: AFRICAN, AFRO-BRAZILIAN AND INDIGENOUS ART IN BASIC EDUCATION

DIVERSIDAD CULTURAL: EL ARTE AFRICANO, AFRO-BRASILEÑO E INDÍGENA EN LA EDUCACIÓN BÁSICA

Paulo Roberto Guebert

Aluno do curso de Licenciatura em Artes Visuais. Monografia apresentada como trabalho de conclusão de curso. 2018.

Stela Maris Brito Maziero

Professor Orientador do Centro Universitário Internacional UNINTER. Graduada em Educação Artística pela Faculdade Integrada de Ourinhos (1989), Especialista em Direito Educacional pela Faculdade Claretiana (1998), Especialista em Gestão de Qualidade na Educação pelo IBPEX (2001), Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná (2014).

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo buscar a discussão sobre a importância da abordagem da arte africana, afro-brasileira e indígena nas aulas de arte da educação básica, através da fomentação de reflexões que permitam a valorização e reconhecimento dessas culturas como formadoras da identidade cultural brasileira. Assim, a pesquisa trata a seguinte indagação: qual é a importância da abordagem da diversidade cultural – enfocando as culturas africana, afro-brasileira e indígena – nas aulas de arte da educação básica? Trata-se de uma pesquisa de natureza básica, cujo procedimento técnico foi a pesquisa bibliográfica, tendo como principal corpo teórico fontes como: Barbosa (1998), Melo (2012), Salum (2005), Duarte Júnior (1991), Ribeiro (in Zanini, 1983), Diéguas Júnior (1980) e Santos (2012), assim como também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Plano de Diretrizes Curriculares Nacionais. Com base nesta pesquisa é possível engendrar reflexões acerca dos elementos que constituem as culturas africana, afro-brasileira e indígenas para disseminá-las como pertencentes à cultura brasileira. Incentiva-se, assim, a sua valorização e reconhecimento na formação histórica e cultural do povo brasileiro, repensando essa temática de maneira a combater preconceitos e estigmas associados à essas culturas. Com isso, pretende-se auxiliar professores da educação básica que se sentem desafiados a abordar significativamente a temática, com o respeito e a valorização que lhe são devidos dentro e fora da escola.

Palavras-chave: Arte na Educação. Diversidade Cultural. Arte Africana, Indígena e Afro-brasileira.

ABSTRACT

This research aims to discuss the importance of approaching African, Afro-Brazilian and indigenous art in basic education art classes, by fostering reflections that allow the appreciation and recognition of these cultures as formative to the Brazilian cultural identity. Thus, the research addresses the following question: what is the importance of addressing cultural diversity – focusing on African, Afro-Brazilian and indigenous cultures – at art classes in basic education? This is a basic research, whose technical procedure was the bibliographic research, having as its main theoretical body sources such as: Barbosa (1998), Melo (2012), Salum (2005), Duarte Júnior (1991), Ribeiro (in Zanini, 1983), Diéguas Júnior (1980) and Santos (2012), as well as the Law of National Education Guidelines and Bases, and the National Curriculum Guidelines Plan. Based on this research it is possible to generate reflections on the elements that constitute African, Afro-Brazilian and indigenous cultures to disseminate them as belonging to Brazilian culture. Thus, its appreciation and recognition in the historical and cultural formation of the Brazilian people is stimulated, rethinking this theme in order to target prejudice and stigma associated with these cultures. The intention

Diversidade cultural: a Arte Africana, Afro-Brasileira e Indígena na educação básica

is to help teachers of basic education who feel challenged to approach the subject significantly, with the respect and appreciation that are due to them inside and outside schools.

Keywords: Art in Education. Cultural Diversity. African, Indigenous and Afro-Brazilian Art.

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo fomentar la discusión sobre la importancia del abordaje acerca del arte africano, afro-brasileño e indígena en las clases de arte de la educación básica, a partir del estímulo a reflexiones que permitan la valoración y el reconocimiento de esas culturas como formadoras de la identidad cultural brasileña. Así, este estudio trata la siguiente interrogante: ¿Cuál es la importancia del abordaje de la diversidad cultural —con foco en las culturas africana, afro-brasileña e indígena— en las clases de arte en la educación básica? Se trata de una investigación de naturaleza básica, cuyo procedimiento técnico fue la revisión bibliográfica, con apoyo teórico en fuentes como: Barbosa (1998), Melo (2012), Salum (2005), Duarte Júnior (1991), Ribeiro (in Zanini, 1983), Diéguas Júnior (1980) y Santos (2012). También se respalda en la *Ley de Orientaciones e Bases de la Educación Nacional* y en el *Plan de Orientaciones Curriculares Nacionales*. Sobre la base de ese estudio, es posible fomentar discusiones acerca de los elementos que constituyen la cultura africana, afro-brasileña e indígena, para difundirlas como pertenecientes a la cultura brasileña. Se incentiva, así, su valoración y reconocimiento en la formación histórica y cultural del pueblo brasileño, de forma a combatir prejuicios y estigmas asociados a esas culturas. Con ello, se pretende ayudar a los profesores de la educación básica, quienes se sienten desafiados a abordar la temática de forma significativa y con el respeto y la valoración que se le debe dentro y fuera de la escuela.

Palabras-clave: Arte en la Educación. Diversidad Cultural. Arte Africano, Indígena e Afro-brasileño.

INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva tecer uma discussão sobre a abordagem da diversidade cultural nas aulas de artes, pois na sociedade globalizada atual o tema diversidade – étnica, cultural, religiosa, racial e de gênero – é muito pertinente e de plena relevância nos debates sociais, políticos, ambientais e econômicos, mas assume uma importância ainda maior no âmbito educacional, pois a escola é a entidade construtora da sociedade e responsável pela formação do aluno quanto cidadão.

Há muito tempo vemos e pensamos o nosso país a partir de uma perspectiva eurocêntrica, ou seja, contamos a nossa história através do ponto de vista, dos parâmetros e da influência européia, resultando assim em uma construção distorcida da identidade sociocultural e uma contextualização histórica repleta de controvérsias e lacunas. Basear toda a história, cultura e identidade do Brasil nos parâmetros da Europa ocidental somente leva a ignorar as demais culturas e povos –principalmente os africanos e nativos americanos– que contribuíram fundamentalmente para a formação da sociedade, cultura e identidade brasileira,

Incluídas no sistema de ensino como conteúdo obrigatório, a cultura afro-brasileira e a indígena devem ser tratadas na escola em todas as áreas do conhecimento, contudo devem ser abordadas principalmente, segundo a lei que rege os conteúdos trabalhados na educação básica, nas disciplinas de Arte, Literatura e História. Essa obrigatoriedade se justifica a partir da relevância do conhecimento sobre as culturas afro-brasileira e indígena como formadoras da identidade cultural brasileira, ao passo que contribui para a diminuição das discriminações raciais e sociais atreladas a esses grupos culturais. Sendo uma área do conhecimento humano que trabalha com as questões estéticas e sensíveis, a arte se torna uma grande aliada na compreensão das diversidades e pluralidades de culturas existentes na formação da (s) identidade (s) do povo brasileiro.

É importante destacar que não se trata de mudar um foco etnocêntrico marcadamente de raiz européia por um africano, mas de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira. Nesta perspectiva, cabe às escolas incluir no contexto dos estudos e atividades, que proporciona diariamente, também as contribuições histórico-culturais dos povos indígenas e dos descendentes de asiáticos, além das de raiz africana e européia (BRASIL, 2004 a, p.08)

Assim, também será discutido como abordar as questões étnicas e culturais, a serem estudadas de forma que o tema apresentado em sala de aula não seja tratado de maneira equivocada, isto é, sem diminuir a cultura ou tratá-la como exótica, curiosa ou subordinada à cultura dominante. Tampouco há que descaracterizá-la, tratando-a como uma cultura extinta ou fundida à cultura dominante. Nesse sentido, é preciso, antes de tudo, conhecer as culturas em questão. Então, este trabalho trata também, além da discussão acerca da diversidade cultural e da didática do ensino de artes, sobre as culturas africana, afro-brasileira e indígena buscando caracterizá-las e contextualizá-las a fim de melhor compreendê-las e também como um modo de construir conhecimentos para levar para a sala de aula na atuação do docente. Eis o interesse pelo tema: como abordá-lo em sala de aula se nem mesmo tenho o conhecimento sobre essas culturas, sobretudo, a respeito das artes?

Assim, esse Trabalho de Conclusão de Curso é baseado em uma pesquisa de natureza básica tendo como procedimento técnico, a pesquisa bibliográfica, pois buscou referenciais e construiu uma fundamentação teórica em obras de autores (artigos, revistas e livros) reconhecidos pelo conhecimento sobre o tema.

A estrutura desta pesquisa divide-se em dois capítulos que se subdividem, trazendo reflexões e diálogos para melhor compreensão sobre a temática. O primeiro capítulo aborda questões sobre a importância da arte e da cultura na educação como também a problemática da diversidade cultural nas aulas de arte. Para tanto foram estabelecidos diálogos com autores como: Morin (1999), Vianna (2006), Azevedo Júnior (2007), Barbosa (1998, 2000), Duarte Júnior (1991), Silva (2016), Melo (2012), Thomas (2017) e Richter (2003); e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Plano de Diretrizes Curriculares Nacionais.

No segundo capítulo, ingressamos nas culturas africana, afro-brasileira e indígena, ressaltando um pouco de sua história e caracterizando as suas manifestações artísticas. Para isso trago autores como Benedicto (2016), Salum (2000, 2005), Telles & Mello (2013) e Ratts e Damasceno (2006), Santos (2012), Coll & Teberosky (2000), Piletti (1996), Diégues Júnior (1980), Laplantine (2003) e Ribeiro (in Zanini, 1983). Também no segundo capítulo, foram elencados artistas contemporâneos afro-brasileiros, africanos e indígenas que podem ser abordados em sala de aula para tratar da diversidade cultural, dialogando com Barbosa (1998). Por fim, apresento as conclusões desta pesquisa, seguida pela lista de referências bibliográficas.

DIVERSIDADE CULTURAL NA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DAS ARTES

Arte na educação: reflexões sobre cultura

Inserida no conjunto de relações sociais, econômicas, políticas e culturais que permeiam e caracterizam a realidade de uma sociedade, a educação é a força presente na construção da vida social.

Num sentido amplo, a educação consiste numa série de habilidades e valores que, aplicados continuamente, promovem a construção intelectual, social e emocional do indivíduo, preparando-o ética e moralmente para a vida em sociedade: ensinando-lhe os hábitos, os costumes, a linguagem, os modos de vida, as regras sociais, a disciplina corporal e os conhecimentos científicos, históricos e culturais. Em outras palavras, a formação humana é resultado de um ato intencional – educação – que transforma o ser biológico em um ser de cultura.

Na perspectiva de Morin (1999, p.52), “o homem é, portanto, um ser plenamente biológico, mas que, se não dispusesse plenamente da cultura, seria um primata do mais baixo nível”.

Para Vianna (2006, p.130), a educação, em sentido amplo, “representa tudo aquilo que pode ser feito para desenvolver o ser humano e, no sentido estrito, representa a instrução e o desenvolvimento de competências e habilidades”.

Sendo assim, a educação deve favorecer o desenvolvimento das aptidões de cada pessoa, da maneira mais completa que lhe for possível, ao mesmo tempo em que permite ao indivíduo assimilar e adquirir conhecimentos e saberes, sempre propiciando a criticidade e a reflexão. Em suma, a educação deve criar meios para que cada educando seja apto a assumir suas potencialidades físicas, intelectuais e morais para dar continuidade à sua própria formação; portanto, a educação deve proporcionar ao indivíduo autonomia e buscar sua libertação. E uma das práticas pedagógicas que permitem o desenvolvimento da criatividade e da autonomia é a arte.

A princípio, arte é conhecimento. Azevedo Júnior (2007, p.7) define a arte como “uma experiência humana de conhecimento estético que transmite e expressa ideias e emoções”. Para o autor arte é, antes de tudo, trabalho, pois é utilizada como uma ferramenta para modificar a natureza, dar uma nova forma à sociedade, de externar a imaginação e as ideias. Contudo, é também conhecimento, visto que é uma manifestação resultante de habilidades e experiências adquiridas pelo ser humano durante sua vida.

A arte é quase tão antiga quanto a humanidade, sendo uma das primeiras manifestações do ser humano e é uma prática exclusiva deste, nenhum outro animal é capaz de produzi-la. Ao longo da história, o homem precisou adquirir conhecimentos, desenvolver habilidades e criar ferramentas que atendessem aos seus interesses e necessidades: objetos e formas para marcar sua presença, transmitir seu conhecimento, expressar suas experiências, sensações e sentimentos, expor suas crenças, estimular e entreter a si mesmo e aos outros e, também, para explorar novas perspectivas de mundo.

Assim, o ser humano cria a arte como um modo de sobrevivência, para ajudar no seu cotidiano (arte utilitária), como um meio de comunicação (de ideias, experiências, crenças, etc.) e como uma maneira de decorar seu ambiente. A arte é uma manifestação única que faz com que o indivíduo se sinta vivo.

A arte também é sentimento, percepção, pensamento e criação. Ela exige uma imaginação livre e original, porém também precisa conter significado – não só para os indivíduos, mas também para toda a sociedade.

Através das Artes temos a representação simbólica dos traços espirituais, materiais, intelectuais e emocionais que caracterizam a sociedade ou o grupo social, seu modo de vida, seu sistema de valores, suas tradições e crenças. (BARBOSA, 2000, p.2)

Dessa forma, é possível afirmar que a arte é a expressão dos valores que constituem uma sociedade, isto é, a arte é a manifestação da cultura –individual e/ou social– do artista.

O termo cultura (palavra e conceito) deriva do verbete latino *colere* - cultivar, criar, preservar – e refere-se essencialmente à relação do homem com a natureza: a sua preservação e adequação à habitação humana, ou seja, refere-se a tudo que o homem vem produzindo ao longo da história (educação, artes, ciências, filosofias, etc.) A cultura é a reunião de ideias, abstrações e pensamentos resultados da invenção social aprendida e transmitida por meio da educação e da comunicação.

Evidencia-se, deste modo, a relação existente entre educação, arte e cultura. Tanto que, em 1996 o Artigo 026, § 2 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/96, declarou que: “O ensino de arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis de educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.” (BRASIL, 1996)

Como afirma Barbosa (1998, p.16):

Dentre as artes, a arte visual, tendo a imagem como matéria-prima, torna possível a visualização de quem somos, onde estamos e como sentimos. A Arte na educação como expressão corporal e como cultura é um importante instrumento para a identificação cultural e o desenvolvimento. Através da arte é possível desenvolver a percepção e a imaginação, aprender a realidade do meio ambiente, desenvolver a capacidade crítica, permitindo analisar a realidade percebida e desenvolver a criatividade de maneira a mudar a realidade que foi analisada.

Nesse sentido, a importância da arte na educação consiste não apenas no desenvolvimento e aprimoramento das habilidades artísticas ou na liberdade de expressão e criação, mas também na produção de conhecimentos acerca da cultura do artista, do educando e da sociedade em que cada um destes elementos está inserido. A arte como educação deve possibilitar o contato com o fazer artístico, estabelecer

comparações e observações estéticas, assim como também contextualizar histórica, cultural e socialmente as manifestações artísticas. É preciso que o educando consiga perceber os elementos étnicos, sociais, culturais, políticos e econômicos que compõem toda e qualquer produção artística para que possa compreendê-las, respeitá-las e, também, identificar as semelhanças e diferenças entre a obra de arte e sua própria natureza humana.

A arte é, por conseguinte, uma maneira de despertar o indivíduo para que este de maior atenção ao seu próprio processo de sentir. (...) Através da arte pode-se, então, despertar atenção de cada um para sua maneira particular de sentir, sobre a qual se elaboram todos os outros processos racionais [...]. (DUARTE JUNIOR, 1991, p. 66)

Seguindo essa perspectiva, a aula de artes deve proporcionar conteúdos e saberes que desenvolvam com os alunos a sensibilidade, a consciência, a reflexão e a crítica, fomentando o trabalho na busca da própria identidade.

Abordar o ensino da Arte pelo viés do universo cultural do aluno é, dentre inúmeros métodos, uma forma de ter o processo de ensino-aprendizagem alcançado, pois este se dá em uma ligação direta com o mundo social do aluno. Dentro desse processo o discente não deve ser tolhido de apreciar as artes consagradas mundialmente, muito menos deixar de valorizar sua própria cultura, a arte local e ampliar o conceito de arte por meio da multiculturalidade. (SILVA, 2016, p.799)

Dessa maneira, na aula de artes, alunos e professores devem ser os pesquisadores da sua própria cultura e da cultura do outro, pois essa aproximação com a cultura local implica no reconhecimento da diversidade –étnica, cultural, social, artística- presente na sociedade, para a qual, muitas vezes, somos ou ficamos indiferentes, intolerantes e preconceituosos.

Assim, a aproximação do indivíduo com a diversidade implica na valorização e no respeito às diferenças. A contextualização das manifestações artísticas somadas ao contato com a diversidade cultural torna a arte na educação uma ferramenta importante no combate a intolerâncias e preconceitos socioculturais e raciais. Mas, para isso, é preciso uma educação democrática, humana e pluralista, que promova a liberdade, a igualdade e celebre as diferenças.

O ensino de Artes: recortes sobre a diversidade cultural

A pluralidade cultural existente no Brasil é fruto de um longo processo histórico de interação entre aspectos políticos e econômicos, no plano nacional e internacional (...). Coexistem aqui culturas singulares, ligadas a identidades de origem de diferentes grupos étnicos e culturais (...) nesse entrelaçamento de influências recíprocas, configura-se a permanente elaboração e redefinição da identidade nacional em sua complexidade. (BRASIL, 1997, p.24)

O fragmento de texto extraído dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PNC) afirma que o Brasil é marcado pela diversidade cultural resultante de fatores históricos, políticos e econômicos que marcam a história brasileira. Segundo o documento, convivem hoje no território nacional centenas de etnias indígenas, além de uma enorme população constituída pelos descendentes dos povos africanos e de imigrantes originários de diferentes continentes, de diferentes tradições culturais e de diferentes religiões. (BRASIL, 1997)

“A diversidade marca a vida social brasileira” (BRASIL, 1997, p. 25), mas o que o texto se esquia de mencionar é que o genocídio, a escravidão e exploração dos mais diferentes grupos étnicos também marcam a construção histórica e cultural do Brasil. Trezentos anos de escravização das etnias africanas, a dizimação dos indígenas e a exploração dos imigrantes (europeus, asiáticos, africanos) como mão de obra barata, são menções sucintas de episódios da história brasileira que corroboram para a situação atual do país: preconceitos socioculturais, racismo e desigualdade social.

Segundo Melo (2012, p.116):

O eixo que delinea o texto dos PCN sobre pluralidade cultural define o Brasil como um país onde se encontram diversas culturas, mas que nem sempre estas foram respeitadas. A escola é um importante veículo de difusão do respeito e da formação de atitudes respeitosas com relação à diversidade cultural, afinal, a sala de aula é um locus onde se encontram as diferenças sociais, econômicas, culturais e étnicas do Brasil.

Sendo assim, a lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), teve em 2003 o acréscimo do artigo 26-A, dado pela lei nº 10.639/03, que incluía no currículo a obrigatoriedade do ensino da temática “história e cultura afro-brasileira”. Em 2008, porém, a lei nº 11.645 alterou o artigo 26-A da lei nº 9.394/96, que passou a vigorar com o seguinte texto:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, economia e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (BRASIL, 2008)

E também reeditou o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação para as Relações Étnico-raciais objetivando o cumprimento da lei 11.645/2008.

[...] incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (BRASIL, 2008)

Visto que, de acordo com a Lei nº 9.394/96, a arte assume-se dentro da proposta curricular como um estudo da cultura e história (BRASIL, 1996), o currículo de artes deve incluir os mais diversos aspectos culturais afro-brasileiros e indígenas a fim de resgatar as contribuições destas culturas na formação cultural brasileira e desconstruir preconceitos e estereótipos acerca das características socioculturais desses grupos, sempre muito estigmatizados no decorrer da história do Brasil.

Contudo, no que diz respeito à abordagem do conteúdo multicultural nas aulas de arte, é preciso tomar muito cuidado com reducionismos. Muitas vezes, ao pensar em indígenas ou africanos, nos remetemos a figuras do passado: o índio “selvagem” sendo colonizado pelos “descobridores” portugueses e ao negro africano -também “selvagem”- sendo escravizado e explorado pelos brancos. Nesse sentido, as artes indígenas e africanas podem ser tratadas somente como arte utilitarista ou como obra material, promovidas em desfiles de trajes típicos, danças rituais e na construção de vestimentas e máscaras, cujo significado é desassociado e descontextualizado da sua existência cultural e histórica, o que não permite a reflexão sobre a realidade das condições étnico-culturais.

Conforme a autora Thomas (2017, p.2 e 3):

A análise da arte de determinados povos ocorre pelo conceito geral de arte oriundo da cultura ocidental, nascida da experiência européia, relacionando-se com a contemplação estética. Isto se distingue da função da arte produzida pelos povos indígenas e africanos, que a produzem para outros fins como rituais cerimonialísticos.

Reduccionismos, folclorização e a falta de problematização na abordagem desse conteúdo acabam por esconder uma forma de colonização. Ao educador compete, então, promover um ambiente de aprendizagem que possibilite a alfabetização cultural dos alunos nos mais diferentes códigos culturais, a fim de que compreendam a existência de processos culturais e a identificação do contexto cultural (RICHTER, 2003).

A ARTE AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA

Arte Africana

Para compreender a arte africana é necessário, primeiramente, desfazer a imagem que perdura de uma África homogênea, pobre, selvagem, lugar de escravos, que necessita ser civilizada.

“A ascensão européia na modernidade levou os europeus a se verem como centro da história mundial relegando os outros povos e culturas à condição de periferia” (BENEDICTO, 2016, p.54), por isso, muitas vezes, a história e a cultura da África anterior à ocidentalização, ou a África Tradicional, é muitas vezes tratada como inexistente: o evolucionismo darwinista em alta no século XIX, aliado ao etnocentrismo europeu, corroborou com a ideia de que os africanos estavam na ancestralidade da humanidade e precisavam ser civilizados.

Em suma, a história dos povos africanos é marcada pela diversidade. Cada povo, cada reino, era independente e possuía suas particularidades sociais, econômicas e culturais, buscando a sobrevivência material, espiritual e intelectual.

As sociedades africanas tradicionais pautavam suas comunidades e sua economia conforme o meio ambiente em que viviam e a partir de suas necessidades materiais e espirituais. Havia povos nômades (berberes, os tuaregues e os azenegues) e povos sedentários que, aliás, construíram grandes reinos (como Gana, Egito, Mali, Nok, Iorubá,

Luanda e Kongo) e desenvolveram formas complexas de governo –genealogia, iniciáticos, chefias– e que já mantinham contatos com outras civilizações, como o Mediterrâneo antigo e com os árabes, por exemplo. (SALUM, 2005)

Esses reinos arquitetaram potentes edificações, fortificações e obras hidráulicas para canalização de rios; tinham meios de manufatura de tecelagem e de produção de aço, além dos artigos e artefatos de metal, do calendário lunar (que orientava as mulheres em seus ciclos menstruais e gestação), os conceitos matemáticos (sobretudo a geometria, observada nas pirâmides do Egito) e a medicina (como exemplo pode-se citar os *banyoro* com suas técnicas de cesariana e os egípcios com o embalsamento). (TELLES & MELO, 2013, p.29-41)

Dessa forma, não é possível admitir a história e cultura africana como singular e primitiva. A África, em sua existência milenar, é plural, dinâmica e cheia de particularidades e conhecimentos, tudo documentado e testemunhado pela arte.

Contudo, assim como as sociedades africanas tradicionais eram distintas, certamente sua arte e cultura também o eram, e não podemos tratá-la com reducionismos. Para Salum (2005, s/p.):

As artes plásticas da África que vemos nos livros e coleções são produtos desenvolvidos ao longo de séculos. Sejam esculpidos, fundidos, modelados, pintados, trançados ou tecidos, os objetos da África nos mostram a diversidade de técnicas artísticas que eram usadas nesse continente imenso, e nos dão a dimensão da quantidade de estilos criados pelos povos africanos.

Segundo a autora, esses estilos marcam a origem dos objetos, ou seja, “cada estilo ou grupo de estilos correspondem a um produtor e a uma localidade” (SALUM, 2005), contudo, é preciso ressaltar que grupos sociais não devem ser considerados em seu isolamento, assim, a estética artística de cada sociedade africana compreende elementos de contato. Além do mais, cada objeto é mais do que a manifestação estética: são constituídos por um conjunto de atitudes (gestos, palavras, danças e músicas), e é esse conjunto, somado ao local, à época e à função atribuída ao objeto, que determina as diferenças artísticas de um grupo e de outro. Ratts e Damasceno (2006, p.172) afirmam que:

O patrimônio cultural da população negra é composto de bens materiais e imateriais, que são expressões dessas comunidades, nos mais diferentes aspectos: objetos, costumes, canções, rituais, encontrados na religião, na culinária, nos modos de tecer e de vestir.

A arte africana está intrinsecamente relacionada com a vida social e não pode ser analisada segundo os critérios estéticos da arte ocidental. Na fala de Barbosa (2008, p.168):

A arte da África, ou a cultura material de dinastias, etnias e micro etnias africanas, nada tem a ver com as preocupações estéticas ocidentais. Aí se coloca o problema de quem aprecia essa arte. Com que critérios devemos observá-la?

As manifestações artísticas africanas não devem ser vistas apenas como arte utilitarista ou como objetos científicos (arqueológicos); são, antes de tudo, arte e não podem ser desassociadas de sua existência cultural, pois é somente na coletividade que muitas dessas obras encontram a sua significação, ao identificar os valores étnicos, morais, religiosos e filosóficos que compreendem a manifestação artística. A exemplo: uma máscara, como a “vaca-bruto” da etnia *Bijagó*, é um artefato artístico, criada segundo crenças e narrativas místicas enfocando os ancestrais através das forças ou espíritos da natureza, cujo valor estético e artístico somente existe quando utilizadas em cerimônias dançantes, quando o bailarino (o portador da máscara), trajado com fantasias exuberantes, imita o movimento do animal que a caracteriza, neste caso o boi; o significado da máscara é, portanto, indissociável do bailarino (ARBOLEYA, 2009). Dessa forma, a primeira coisa a reter é que na arte africana, cada máscara, cada estátua, possuía uma função estabelecida.

Cabe também ressaltar que a arte africana está intimamente ligada à religião e à filosofia, numa relação de dualidade: o homem e a natureza, o físico e o espiritual, o passado e o futuro, a vida e a morte. As manifestações artísticas contemplam a existência e o cosmo, ou seja, a humanidade, sua essência e a sua relação com o mundo ao seu redor, a natureza e os antepassados. As obras de arte estão completamente associadas com o material que as constituem interna e externamente, além da sua força estética. A dualidade homem e natureza, por exemplo, está expressa nas “estátuas de pregos” dos *Bakongo* ou dos *Basonges*, que são uma representação da figura humana composta por um conglomerado de materiais vegetais, minerais e animais, numa clara alusão à consciência do homem sobre a magnitude da natureza e da sua relação com o mundo natural. (SALUM, 2005)

Esclarecidas e contextualizadas as questões culturais que permeiam a arte africana, pode-se, então, aprofundar-se nas características, nas técnicas e nos significados das obras de arte.

As primeiras manifestações artísticas africanas remetem à pré-história, sob a forma de pinturas e gravuras em pedra, na região do Saara. Contudo, a pintura é a técnica de menor expressão na arte africana, sendo empregada na decoração de paredes de palácios, celeiros e das choupas sagradas. Os motivos são muito variados e compreendem desde formas essencialmente geométricas até a reprodução de cenas de caça e guerra. A pintura também era utilizada para o acabamento das máscaras e para os adornos corporais. As tintas utilizadas eram oriundas da natureza, fabricadas a partir de vegetais e minerais.

As esculturas compõem a maior parte do acervo artístico africano, sendo modeladas em argila, terracota, ouro, bronze e, principalmente, madeira. O escultor, ademais, pode trabalhar suas obras associando-as a outras técnicas como cestaria, pintura e colagem de tecidos. As esculturas (muitas antropomórficas) representam divindades, animais, indivíduos alusivos a acontecimentos e fatos; mas também podem servir para demonstrar força e poder, a partir da representação de insígnias e armas. As mais antigas são as cerâmicas da etnia Nok (que viviam no território onde hoje está a Nigéria) datadas do século V a.C. Dentre as esculturas, os artefatos que mais chamam a atenção são as máscaras. Elas são a síntese de elementos simbólicos: figuras humanas, animais ou religiosas, servindo como um “disfarce” místico, podendo mudar de significado dependendo do ritual (funerais, casamentos, nascimentos) em que eram utilizadas.

A música e a dança também estavam presentes na cultura das etnias da África Tradicional, e eram utilizadas também em rituais. A musicalidade era obtida através de instrumentos de percussão, enquanto a dança está associada à representação e interpretação de figuras míticas e religiosas.

Existem, ainda, outras modalidades da arte africana que dominam, junto com as que foram citadas, a gênese da história da arte da África, que sempre esteve apartada da história universal da arte, embora toda a sua riqueza e diversidade tenham influenciado a arte ocidental no decorrer da história. Acredita-se que as esculturas em bronze e barro dos Ifé e Benim, por exemplo, tenham inspirado a arte da Grécia antiga, pois

representavam retratos em sua perfeição e naturalidade. Movimentos artísticos ocidentais, como o naturalismo e abstracionismo, foram fortemente influenciados na arte africana, assim como a arte moderna brasileira e –obviamente– a arte da África atual. Dentre os artistas ocidentais podemos citar Pablo Picasso como um aficionado pela arte africana.

Arte Afro-Brasileira

O termo “arte afro-brasileira” refere-se ao conjunto de manifestações artísticas que tiveram influências herdadas da cultura africana desde os tempos do Brasil colônia até a atualidade.

Estima-se que cinco milhões de africanos foram trazidos pelos europeus ao Brasil em condições de escravizados. Os primeiros africanos aportaram no Brasil na primeira metade do século XVI como mão de obra escrava para as fazendas e engenhos de cana de açúcar na região Nordeste. Trazidos compulsoriamente nos navios como gado, vendidos como mercadorias: ao longo de quase três séculos todas as fazendas e minas funcionavam a base do trabalho dos africanos escravizados. Eram proibidos de manifestar sua cultura –nem seu idioma nativo podiam falar-, então precisaram reinventar-se culturalmente. Essa reinvenção formou elementos nos quais está enraizado profunda e significativamente o panorama cultural brasileiro.

Salum (2000, p. 113), fala sobre a arte afro-brasileira:

[...] a “arte afro-brasileira” é, antes de mais nada, contemporânea: ganhou nome neste século XX e passou a ser reconhecida como qualquer manifestação plástica e visual que retome, de um lado, a estética e a religiosidade africanas e, de outro, os cenários socioculturais do negro no Brasil. Trata-se da cultura material dos segmentos negros no Brasil, das obras representativas da cultura popular de origem africana, das releituras da arte africana tradicional.

De acordo com Bispo (2012, p. 83), “falar de arte afro-brasileira é falar de artistas, artesãos, artífices, arquitetos negros e mestiços que modelaram muito do que hoje conhecemos como sendo nossa cultura nacional”. É importante ressaltar que a cultura brasileira tem mais dos afro-descendentes do que a feijoada e o samba. Dentre suas contribuições estão conhecimentos tecnológicos e técnicos para as áreas da agricultura,

metalurgia, medicina, botânica, pecuária; entretanto, destacamos aqui aquelas que remetem às artes: a capoeira, a música, a dança e as artes visuais.

Ratts e Damasceno (2006, p. 173) acreditam que:

Dentre as influências africanas que se recriaram no país, a linguagem musical é certamente um dos campos onde as referências africanas aparecem de maneira significativa, formando um infinito mosaico de presenças e contribuições, constituindo um rico caleidoscópio rítmico das mais diversas expressões e possibilidades de identidades negras espalhadas pelo Brasil, tanto no passado como no presente.

A música e dança são manifestações muito presentes nos rituais africanos, dessa forma, o negro, ao chegar ao Brasil, sempre carregou consigo essas manifestações. O canto, por exemplo, era usado como forma de protesto, de entretenimento e de expressão de fé e sentimentos, por isso, cantavam durante o trabalho, durante os açoitamentos e cantavam para dançar e jogar capoeira. E assim os ritmos da África misturam-se aos ritmos do Brasil, resultando numa musicalidade com forte percussão, na qual se originaram vários instrumentos musicais: atabaques, berimbau, agogôs, cuíca, entre outro, pois “os negros brasileiros não se limitaram a tão-somente reproduzir suas tradições e seus instrumentos africanos; antes, ressignificaram, recriaram e atribuíram novas funções musicais e novos instrumentos [...]” (SANTOS, 2012, p.48)

Como resultado dessa interculturalidade musical temos os cantos do congado, o jongo, a capoeira, o funk, o rap e, claro, o samba.

O samba é um gênero musical entendido como uma expressão urbana, cujas letras discorrem sobre o cotidiano da população pobre nas grandes cidades. Desenvolveu-se entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX no Recôncavo Baiano e foi levado para o Rio de Janeiro, na época capital do Brasil, e, então, adquiriu um caráter totalmente único, sendo alçado à condição de símbolo da identidade nacional brasileira (COLL & TEBEROSKY, 2000). Contudo, o samba também é reconhecido como dança:

A palavra Samba é originária da palavra *Semba* do idioma quimbumdo, que significa umbigada e dá nome a uma dança tradicional desta etnia em que o passo principal é justamente a umbigada entre um homem e uma mulher. Pois esta maneira de dançar – dando umbigadas – é encontrada em diversas danças brasileiras presentes em diferentes regiões do país. (SANTOS, 2012, p. 46)

Como manifestações de dança, pode-se destacar também: o maracatu e o lundu. O maracatu foi criado pelos negros brasileiros e refere-se a um cortejo em homenagem aos

Reis Magos. O lundu é uma dança afro-brasileira, cuja origem é africana, sendo uma das principais manifestações coreográficas das regiões Norte e Nordeste do Brasil.

A capoeira é outra herança da cultura africana. Segundo a história, a capoeira é originária da cultura africana vinda de Angola no século XVI, quando o Brasil ainda era colônia de Portugal. E foi uma ferramenta muito importante na defesa física e resistência cultural dos escravos no Brasil, visto que “os senhores de engenho proibiam os escravos de praticar qualquer tipo de luta. Logo, os escravos utilizaram o ritmo e os movimentos de suas danças africanas, adaptando a um tipo de luta. Surgia assim a capoeira, uma arte marcial disfarçada de dança”. (PILETTI, 1996, p. 82)

Por longos anos a prática da capoeira foi proibida no Brasil, mas em 1930 Getúlio Vargas, então presidente do Brasil, admitiu seu caráter cultural e oficializou a capoeira como um esporte genuinamente brasileiro. No entanto, a prática sofreu alterações para ser reconhecida também como uma manifestação cultural com seus símbolos singulares que refletem crenças e costumes. Dessa maneira, os elementos característicos da capoeira, como os movimentos corporais, a musicalidade (a percussão do berimbau, do pandeiro e do atabaque) e o canto, dialogam entre si de forma a transformar a capoeira em expressão artística.

No que tange às artes visuais, a arte afro-brasileira está muito viva em cada expressão artística brasileira, ressignificando os olhares, os sentimentos, os sentidos, a percepção, o pensamento e a memória de nosso país.

A principal característica da escultura afro-brasileira é a despreocupação com as formas estéticas estereotipadas, assumindo-se assimétricas e distorcidas. Também se destaca a utilização de cores fortes. Já as pinturas destacam-se pela sua abordagem do cotidiano, das manifestações culturais e das festas populares, usando muitas cores, atribuindo um aspecto alegre às obras.

Na história da arte brasileira, Aleijadinho é um dos maiores destaques. Afro-descendente, mestre do barroco, sua arte religiosa em estilo rococó é reconhecida por artistas do mundo todo.

Arte Indígena

Aproximadamente cem milhões de indígenas habitavam as Américas antes da chegada dos europeus ao continente. Destes, estima-se que cinco milhões habitavam o território brasileiro.

Por não registrarem sua história através da escrita, pouco se sabe sobre os indígenas sob seu ponto de vista. O conhecimento que temos parte de registros dos próprios europeus. Sob a perspectiva européia, os índios eram descritos como “sem moral, sem religião, sem lei, sem escrita, sem Estado, sem consciência, sem razão, sem objetivo, sem arte, sem passado, sem futuro” (LAPLANTINE, 2003, p.28). Assim, dá-se o conceito de que os índios –antes da colonização, cabe ressaltar– eram primitivos, selvagens e que precisavam ser civilizados, pois na Era Moderna a corrida pela hegemonia de poder na Europa levou à ascensão dos povos europeus, que passaram a colocar-se no centro da história mundial, impondo essa história como verdade a todos os outros povos e culturas e submetendo-os à condição de inferiores. (BENEDICTO, 2016) Seguindo essa premissa, milhares de indígenas foram capturados e mortos, e outros foram “colonizados”, ensinados a falar língua e se comportar de acordo com os costumes portugueses e até proibidos de falar em seus próprios idiomas.

Quando falamos em cultura indígena dos povos que habitavam o Brasil na época do descobrimento ou dos povos indígenas que hoje habitam, devemos considerar que são vários povos com culturas distintas, idiomas, vestimentas, crenças. Não há uma forma de igualar todas as culturas indígenas, existem mais de 200 tribos diferentes com peculiaridades distintas. Assim:

Dessa generalização seria possível partirmos para o registro de uma enorme série de traços e complexos de cultura deixados pelos indígenas: tipos de construção, gêneros de alimentação, processos de caça e pesca, de agricultura, de tecelagem, de fabrico de cestas, de instrumentos de música, mitos, lendas, práticas religiosas e mágicas, receitas, atividades recreativas, música, palavras de linguagem corrente. (DIÉGUES JÚNIOR, 1980, p.68)

Sobre as sociedades indígenas é preciso salientar que são sociedades igualitárias e não são divididas em classes sociais e nem possuem “distinções entre possuidores dos meios de produção e possuidores de força de trabalho, entre ricos e pobres, entre donos e não-donos”. (GRUPIONI, 1994, p. 254). As sociedades índias se caracterizam a partir da

posse coletiva da terra e de seus recursos e da socialização do conhecimento básico indispensável à sobrevivência física e ao equilíbrio sociocultural dos seus membros. (GRUPIONI, 1994) Viviam da caça, da pesca, da coleta, da agricultura (de milho, amendoim, feijão, abóbora, bata-doce e, principalmente, mandioca) e da domesticação de animais selvagens pequenos como a capivara e o porco do mato.

O que hoje chamamos de arte indígena são os artefatos produzidos a partir da utilização de materiais naturais, de origem mineral, vegetal e animal, para o uso nas atividades cotidianas (canoas, arcos e flechas, cestos, esteiras, redes e cerâmicas) e para a realização de rituais religiosos ou celebrações (roupas, cocares, máscaras, enfeites, assim como também a pintura corporal, a dança e a música). A arte indígena possui uma ampla variedade de elementos naturais e um amplo universo de concepções.

O artista índio não se sabe artista, nem a comunidade para a qual ele cria sabe o que significa isto que nós consideramos objetos artísticos. O criador indígena é tão-somente um homem igual aos outros, obrigado como todos às tarefas de subsistência da família, de participação nas durezas e nas alegrias da vida e de desempenho dos papéis sociais prescritos de membro da comunidade. É, porém, homem mais inteiro, porque além de fazer o que todos fazem, faz algumas coisas notoriamente melhor que todos (...). É uma arte mais comunal que individual, em cujo seio o artista nem sequer reivindica para suas obras a condição de criações únicas e pessoais. Sendo apenas genuínas, elas constituem reiterações de elementos pertencentes à comunidade, tão dela que expressam mais sua tradição do que a personalidade do próprio artista (RIBEIRO, 1986, p. 30-31).

A arte índia é uma atividade profundamente integrada na vida cultural, sem que isso defina uma esfera diferenciada, específica de atividade ou pensamento. Contudo, a arte indígena pode ser classificada em três funções elementares a partir das suas características peculiares. São elas:

(...)a de diferenciar o mundo dos homens regidos pela conduta cultural que se constrói a si mesma, do mundo dos bichos comandados por impulsos inatos, inevitáveis e incontroláveis; a de diferenciar aquela comunidade étnica de todas as outras, proporcionando um espelho em que ela se vê e se contrasta com a imagem etnocêntrica que tem de outros povos; cumpre, ainda, a função de dar aos homens coragem e alegria de viver num mundo cheio de perigos, mas que pode ser melhorado pela ação dos homens (RIBEIRO, 1986, p. 31).

Ademais, também podemos ressaltar as características e técnicas utilizadas na produção das manifestações artísticas. Em primeiro lugar é preciso destacar que todos os materiais utilizados na arte pelos indígenas têm origem natural: a pena de aves silvestres,

a pele de animais selvagens, as tintas provenientes do extrato de plantas, a palha vinda da selva e a argila.

A cerâmica é um exemplo de arte que não está presente em todas as tribos indígenas, contudo é, talvez, a manifestação mais valorizada pelos pesquisadores devido à sua beleza estética e a vasta utilidade. A necessidade das estruturas de cerâmica deu-se para o armazenamento de alimento e água, contudo, com o tempo os artesãos indígenas adaptaram e evoluíram o uso da argila para produção de diversos objetos com diversas finalidades. A argila para a produção das cerâmicas consiste em barro cozido e misturado a componentes orgânicos e minerais para dar liga, a modelagem dos objetos é feita sem a utilização da roda de oleiro. Algumas cerâmicas passam por processo de pintura de padrões geométricos para a atribuição de valor estético.

Assim como a cerâmica, a cestaria possui a função de armazenamento de alimento e objetos, sendo mais comuns entre as sociedades nômades (devido à sua leveza, que facilita o transporte dos produtos). Mas a produção de cestos também se dá para o uso como peneiras ou coadores. Esses cestos são produzidos com palha, junco, folhas de salgueiro ou castanheiro, trançadas de forma a possuir força para segurar grande quantidade de peso. A técnica da cestaria contempla, além da fabricação de cestos utilitários, a produção de esteiras, redes e adornos corporais, como pulseiras e máscaras. Muitas vezes a palha empregada na cestaria era tingida com urucum, jenipapo, ou outro corante natural, sendo trançadas de maneira a gerar motivos e desenhos nos objetos confeccionados.

As máscaras apresentam um simbolismo sobrenatural, sendo utilizadas em cerimônias, durante as danças, com o objetivo de afastar espíritos. Confeccionadas com casca de árvores, palha e também cerâmica (as máscaras de cerâmica são exclusivas da etnia *Mati*) e enfeitadas com plumagens, as máscaras representam figuras míticas de entidades ancestrais, deste modo, o objetivo das festas e danças é alegrar e acalmar essas mesmas entidades.

A pintura corporal é utilizada, principalmente, em rituais e variam de acordo com o gênero e a idade. Sua finalidade varia desde a indicação da função de cada indivíduo na tribo à função religiosa de proteção espiritual e física. Os desenhos geralmente são padrões geométricos e carregam valor simbólico. As tintas utilizadas nessa arte são

obtidas de plantas e frutos, dentre os mais utilizados estão o jenipapo e o urucum. Geralmente as mulheres são as responsáveis pela pintura corporal.

É chamada de arte plumária os objetos produzidos a partir da utilização de penas e plumas de aves e são associadas a outros materiais, como cipós e folhas, por exemplo. A arte plumária é encontrada nos ornamentos como máscaras, colares, braçadeiras, brincos, pulseiras e cocares ou são somente coladas ao corpo como enfeite, em ritos, cerimônias e festividades. Comumente são os homens os responsáveis pela produção da arte plumária, que deve ser feita seguindo etapas, como um ritual: primeiro caça-se os pássaros, depois submetem-se as plumas à tapiragem (tingimento), então corta-as nas formas desejadas e, por fim, faz-se a amarração.

Para os índios a arte é prática social como todas as outras, ou seja, é indiferente às demais atividades do cotidiano da sociedade. Esse fator nos permite compreender melhor os elementos culturais que constituem as sociedades indígenas nos quesitos social, histórico, religioso e econômico.

Artistas para a aplicação da diversidade na sala de aula

Ao professor cabe transmitir o discurso da arte ao aluno e fazê-lo compreender os sentidos e significações desta área, assumindo um papel de “mediador” de arte escolhendo os artistas, as obras e as questões a serem expostas aos alunos. Além de simplesmente cumprir a lei, a diversidade cultural em sala de aula tem o objetivo de criar uma atitude positiva do aluno em relação àqueles que possam ser diferentes dele, desestigmatizar socialmente grupos étnico-culturais e combater o etnocentrismo da educação. Ou seja, compreender que grupos diferentes também têm necessidade de arte, mas que os conceitos de arte podem ser diferentes entre os grupos culturais.

Uma criança negra que visite um museu que exiba arte ou “artefato” africano poderá de lá sair com seu ego cultural reforçado pelo conhecimento, apreciação e identificação com os valores vivenciais e estéticos da Arte Africana, ou completamente despossuído culturalmente e desidentificado com a gênese de sua cultura, dependendo da orientação que o profissional do museu que o receba der à sua visita. (BARBOSA, 1998, p.91)

Contudo, o professor precisa escolher as obras e os artistas para abordar em sala de aula, levando em consideração as necessidades e interesses do grupo de alunos com o qual vai trabalhar. Não se pode esquecer que a sala de aula em si é multicultural.

Segundo Barbosa (1998, p.91):

O ideal mesmo será começar indagando: por que o professor de arte precisa trazer para sua sala de aula a preocupação com as diferenças culturais? A resposta, embora pareça óbvia, foi até agora pouco considerada pelos educadores: em uma sala de aula, especialmente na escola pública, se inter-relacionam indivíduos também de diferentes culturas e subculturas.

Dessa forma, quanto mais diversificado for o repertório de artistas e obras de arte do professor, mais alunos ele conseguirá alcançar. Faltam aos professores, respostas cultural e historicamente situadas, respostas em que os estudantes vejam conexões entre experiências suas e comunidades em que se pretende ensinar-lhes. Diante disso, a constituição enquanto professor/pesquisador requer buscas por informações e acervos atualizados, tornando assim a prática algo relevante. Para tanto, seguem uma seleção de nomes, conhecidos ou não, da arte contemporânea brasileira e africana que podem ser abordados e problematizados em sala de aula.

Emanuel Araújo, baiano, negro, escultor, desenhista, ilustrador, figurinista, gravador, cenógrafo, pintor, curador, museólogo e ganhador de vários prêmios internacionais de arte. Suas obras são focadas na reestruturação do universo da arte africana, enfatizando em suas gravuras, relevos e esculturas a forma geométrica e o contraste entre cores. Em 1988, organizou o livro “A mão Afro-brasileira”, que é uma das mais completas obras sobre artistas brasileiros afro-descendentes. Araújo, por mais de dez anos, foi diretor da Pinacoteca de São Paulo e, em 2004, fundou o Museu Afro-Brasil, também na capital paulista. O trabalho de Araújo é de grande importância para a divulgação, preservação, reconhecimento e valorização da cultura afro-brasileira e africana no Brasil.

Fundador da escola de samba Mangueira e Portela, Heitor dos Prazeres foi um artista conhecido na música, dança e na pintura, sendo muito prestigiado internacionalmente, principalmente após ter uma de suas telas, a obra Festa de São João de 1961, adquirida pela família real britânica. O artista também teve uma exposição individual no diretório acadêmico da Escola de Belas Artes, em Belo Horizonte, e na Bienal de Artes de São Paulo, em 1951, 1953 e em 1961.

Dioscórides dos Santos, o Mestre Didi, é outro nome de referência. Afro-descendente, Mestre Didi é líder espiritual da religião Nagô, a qual influencia intimamente sua arte. Suas produções artísticas são cheias de cores e formas com significados e simbolismos inerentes à religião, o que também possibilita a problematização em sala de aula acerca das questões religiosas.

Outro artista que pode ser utilizado na problematização religiosa é o quadrinista Hugo Canuto. No início de 2018, Canuto lançou o seu projeto “Conto dos Orixás”, que é inspirado nas lendas africanas e na umbanda. Seu trabalho é formado por cerca de 120 páginas em formato americano, inspiradas no conjunto de mitos, histórias e canções sobre os *Itan* (divindades africanas), tudo apresentado dentro da estética típica das histórias em quadrinhos. Com o seu projeto, Canuto objetiva valorizar a cultura brasileira e desconstruir preconceitos e estereótipos criados sobre as religiões de matriz africana.

No campo das artes visuais destacam-se ainda artistas como Bruno Baptistelli, Peter de Brito, Ayrson Heráclito, Barbara Wagner, Sônia Gomes, Paulo Nazareth, Laércio Redondo, Sidney Amaral, Caetano Dias, Lourival Cuquinha, Kuta (imigrante angolano radicado em São Paulo) e muitos outros nomes reconhecidos e importantes das galerias de arte brasileiras, além dos artistas imigrantes africanos e haitianos, refugiados por todo o Brasil, que aguardam, ansiosamente, por um olhar inclusivo.

Na música, muitos de nossos artistas negros levaram o nome e os ritmos de nosso país mundo afora. Entre eles, estão nomes como: Gilberto Gil, Carlinhos Brown, Jorge Benjor, Toni Garrido, Seu Jorge, Milton Nascimento, Jair Rodrigues, Luis Melodia, Elza Soares, Iza, Emicida, Marcelo D2 e Marcelo Falcão. Dentre os nomes não tão populares, mas muito conhecido no cenário acadêmico, o cantor Tiganá Santana merece destaque. Negro e baiano, seus trabalhos e pesquisas dialogam com a arte e a academia. Suas músicas são compostas em várias línguas como o inglês, português e francês, contudo, seu trabalho é dedicado, sobretudo, à tradução do Bantu e seus desdobramentos sobre o português. Suas canções transitam entre a tradição e a modernidade, redesenhando pontes com a África (antiga e atual).

Artistas africanos não são tão conhecidos no cenário artístico brasileiro. Um nome de destaque em âmbito internacional é o nigeriano Karo Akpokiere. O artista que vive em Berlim, Alemanha, mistura desenho tradicional, digital e textos para compor séries de

imagens, inspiradas pelas linguagens do desenho de cavalete e da fotografia documental. Suas ilustrações mesclam o caos urbano com elementos da cultura pop.

Marlene Duma é outra artista africana de destaque no cenário mundial. Marlene é nascida na Cidade do Cabo, África do Sul, ela é uma artista da pintura figurativa. Em suas obras ela aborda e critica as diferentes interpretações da identidade racial, social e sexual, usando de muita liberdade de expressão de conceito e de discursos políticos e poéticos.

Dentre os nomes africanos da arte, ainda podemos elencar o ganhês Ibrahim Mahama, que constrói impressionantes painéis com tecidos “remendos” feitos com tecidos africanos; Cheikh Ndiaye, artista senegalês cuja pintura retrata o abandono dos espaços urbanos de Dakar, num apelo social e político; Barthélémy Toguo, de Camarões, é um dos mais sucedidos entre os autores africanos contemporâneos, em suas obras aborda rituais, erotismo e natureza com elementos tradicionais da cultura africana; Gonçalo Mabunda, moçambicano, faz esculturas usando materiais recolhidos da sucata de guerras em seu país como uma forma de reconhecer a reconciliação nacional através da arte e salientar os perigos das armas. Muitos outros nomes merecem destaque, como o tunísio Nidhal Chamech, a egípcia Inji Efflatoun, o sul-africano Kay Hassan, por exemplo. Trabalhar os artistas africanos e suas obras em sala de aula é quebrar a visão estereotipada de que na África somente existe pobreza, fome e guerras.

Quanto à arte indígena, pode-se destacar a arte *Baniwa*. As produções artísticas são feitas pelos indígenas e vendidas para todo o mundo através da web site da própria tribo, que é responsável pela produção e logística de suas criações. Os *Baniwa* fazem parte de um complexo cultural formado por 22 povos diferentes, de língua *aruak*, que vivem na fronteira do Brasil com a Colômbia e Venezuela. A arte *Baniwa* é toda produzida com produtos extraídos da mata de forma sustentável, desde a colheita até a produção de tintas. Os fixadores e vernizes são extraídos e fabricados artesanalmente de produtos naturais. Através das técnicas de trançado podem ser criados vários motivos geométricos, cada qual com um significado simbólico específico. São produzidos peneiras, balaios, jarros e cestarias.

Narubia Werreria é uma artista indígena, de 27 anos. Suas obras são influenciadas pelos grafismos do povo *Iny* (Karajá) e inspiradas na cultura ancestral e na natureza que circunda sua aldeia. Narúbia já realizou exposições de suas obras em São Paulo e Rio Grande do Sul. Como

ilustradora e escritora publicou o livro infantil “Ritxoko”, o qual a levou a participar do Salão Internacional de Genebra e Berlim.

No que diz respeito à sétima arte, cinema, os indígenas brasileiros marcam forte presença no cenário nacional e, também, internacional. Na Bienal de Cinema Indígena de 2016, em São Paulo, por exemplo, foram exibidos 53 filmes feitos por cineastas índios –11 deles produzidos por mulheres. A mostra 100% indígena foi idealizada pelo artista Ailton Krenak, com a curadoria de Pedro Portella, antropólogo, cineasta e fotógrafo, e Rodrigo Siqueira Arajeju. Dos filmes exibidos na mostra, destacam-se dois com temáticas indígenas, são eles: “O abraço da serpente”, filme dirigido por Ciro Guerra, indicado ao Oscar 2016 na categoria Melhor Filme Estrangeiro; e o documentário “Martírio”, premiado no Festival de Brasília do Cinema Brasileiro de 2016, que discorre sobre a luta histórica dos guarani-kaiowá.

Abordar a arte indígena contemporânea na sala de aula é mostrar para os alunos que os indígenas não são figuras do passado, os índios existem e tem direito de viver e expressar a sua própria cultura.

Ademais, a arte contemporânea apresenta uma vantagem em relação aos movimentos mais antigos da arte: ela está nos museus, na Internet ou na praça da cidade, é fácil ter contato com a arte contemporânea. Além do mais, é uma arte carregada de significados mais próximos da realidade do aluno, o que desperta seu interesse e identificação e o ajuda a compreender o mundo de uma maneira mais clara e ativa.

METODOLOGIA

A abordagem do conteúdo deu-se por meio da pesquisa bibliográfica, pois buscou referenciais e construiu uma fundamentação teórica em obras (artigos, revistas e livros) de autores que são reconhecidos pelo seu trabalho e pesquisa acerca da temática da arte africana, afro-brasileira e indígena.

Os autores pesquisados sobre a temática Arte Africana foram Benedicto (2016), Salum (2005), Telles & Melo (2013), Ratts & Damaceno (2006), Barbosa (2008) e Arboleya (2009).

Sobre a arte Afro-Brasileira foram consultados os autores Salum (2000), Bispo (2012), Ratts & Damaceno (2006), Santos (2012), Coll & Teberosky (2000) e Piletti (1996).

E a pesquisa sobre a Arte Indígena foi embasada nas obras de Laplantine (2003), Benedicto (2016), Diegues Júnior (1980) e Ribeiro (in Zanini, 1983).

Sob o ponto de vista dos objetivos, se enquadra em uma pesquisa descritiva, pois os resultados constituem um resumo das características e dos elementos que integram cada uma dessas culturas, de forma a descrevê-las a fim de ampliar o conhecimento da temática para a abordagem em sala de aula enquanto docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste trabalho é fomentar discussões e buscar reflexões sobre a abordagem da cultura africana, afro-brasileira e indígena nas aulas de arte na educação básica. Também procurei trazer questões que considero relevantes ao tratar de diversidade cultural em sala de aula e, por conseqüência, promover um ensino democrático, inclusivo e libertador. Através da pesquisa bibliográfica sobre arte na educação, cultura, diversidade cultural, sobre os elementos que constituem as artes africanas, afro-brasileiras e indígenas, assim como também sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e sobre o Plano Curricular Nacional, acredito ter apresentado vários argumentos que são fundamentais no tratamento das diferenças e na abordagem do tema em sala de aula e na escola.

A análise do corpo teórico desta pesquisa demonstra que a abordagem das culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas na educação básica brasileira é de extrema importância, sendo necessário aplicar esta temática nas práticas pedagógicas em todas as áreas do conhecimento, principalmente nas aulas de artes enquanto ferramenta essencial na construção do ser cultural e social.

A arte na educação fica muitas vezes tolhida dentro das práticas escolares por ser compreendida – ainda – como reveladora de uma homogeneidade cultural. Porém sua homogeneidade existe somente para aqueles que observam a arte de fora de seu contexto cultural. Na realidade, a arte é dinâmica, reveladora e plural. Na arte de um povo está intrínseca cada singularidade de sua sociedade: as lutas sociais, o confronto de interesses, as batalhas políticas, a fé, as alegrias, os medos e os sonhos. Por isso é importante compreender a arte não somente como habilidade, mas como revelação

histórica, social e cultural de um povo. Enfim, reconhecer a arte como uma área de produção de conhecimentos.

O ensino da arte deve promover o entendimento do fazer artístico, da história e do contexto da arte e compreender a análise da obra como produto cultural de um tempo, de um lugar e de um indivíduo. Esse entendimento da arte somente se dá através de uma análise mais abrangente das manifestações artísticas, menos sistêmica e fragmentada, favorecendo, assim, o resgate pleno do ser humano e do mundo que o rodeia. Nesse sentido, a arte enquanto disciplina didática deve buscar um novo olhar sobre a arte e o artista ao relativizar a cultura, o sujeito e o produto da arte além da valorização estética.

A partir dessas reflexões, é possível verificar que existem inúmeras possibilidades de abordar as culturas africana, afro-brasileira e indígenas nas aulas de arte, de forma a incentivar e promover a valorização histórica e cultural dessas manifestações e, dessa maneira, reconhecer sua importância na construção da identidade cultural brasileira, que é marcada pela diversidade.

A pluralidade das culturas africanas e indígenas é uma temática que deve ser abordada na escola não como forma de transgressão, mas como uma maneira de desconstruir conceitos discriminativos e homogeneizantes que acabam por reduzir essas culturas como excêntricas e, até mesmo, inferiores. Uma perspectiva crítica sobre cada cultura, sobre cada elemento que constitui as produções artísticas de cada uma das etnias africanas e ameríndias é um exemplo significativo de renovação didático-metodológica no ensino de artes.

Assim, percebe-se que é cada vez mais necessário propiciar práticas pedagógicas que abranjam a cultura afro-brasileira, africana e indígena bem como as demais referências culturais. Por se tratar de um conteúdo atual e de preocupação social, penso que a formação inicial nos bancos universitários, responsáveis em mediar o conhecimento eliminando discriminações, preconceitos e desigualdades, precisam ter um olhar mais fundamentado, comprometido e aprofundado para além do previsto em Lei.

Além do mais, a formação continuada permanente é outro fator indispensável para qualquer profissional que se julgue capaz de inovar seus conhecimentos, buscando subsídios principalmente nos documentos norteadores da educação. Enfim, é necessário que os professores sejam preparados e busquem se preparar para desenvolver novas

propostas pedagógicas de forma segura e contextualizada. Surge a partir daí a necessidade da pesquisa na prática do professor, assim como também as experiências de estágio e de capacitação, que possibilitem novas perspectivas pedagógicas e metodológicas, colocando o professor em posição de construtor das práticas do ensino da arte.

Por tratar-se da arte de povos e etnias de culturas muito diversificadas e ricas, a temática abordada nessa pesquisa é muito ampla e por isso precisa – e merece - ser aprofundada. Indagações foram solucionadas, ao passo em que surgiram muitas outras que alimentam a certeza de novas pesquisas sobre o tema.

Assim finalizo este trabalho com a convicção de que essa pesquisa deu sua contribuição –pequena, mas valiosa- para aqueles que buscam uma educação de artes mais democrática, libertária e inclusiva. Como diz o verso de Oswaldo Montenegro: “Que a arte nos aponte uma resposta mesmo que ela não saiba e que ninguém a tente complicar”.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Xii, 1014p.

ARBOLEYA, Valdinei José. **Arte Africana no currículo escolar: novos olhares e novas reflexões**. In: Arte e Educação. Revista África e Africanidades – Ano 2 – n. 7 – novembro, 2009.

AZEVEDO JUNIOR, José Garcia de. **Apostila de arte – artes visuais**. São Luís: Imagética Comunicação e Design, 2007. 59 p.: il.

BARBOSA, Ana Mae. **Tópicos utópicos**. Belo Horizonte: Ed. Com/Arte, 1998.

_____. **Arte, educação e cultura**, 2000. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/mre000079.pdf>> Acesso em: 14 jun. 2018.

_____. (org.). **Arte/Educação contemporânea: consonâncias Internacionais**. São Paulo: Cortez, 2008. 2ª Ed.

BENEDICTO, Ricardo Matheus. **Afrocentricidade, educação e poder: Uma crítica afrocêntrica ao eurocentrismo no pensamento educacional brasileiro**. São Paulo, 2016. 308 páginas. Tese. Doutorado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-29032017-161243/pt-br.php>> Acesso em: 09 jun. 2018

BISPO, Alexandre Araujo. **Arte afro-brasileira: uma arte do Brasil mestiço**. In: FELINTO, Renata (org.). *Culturas Africanas e Afro-Brasileiras em sala de aula: saberes para os professores fazeres para os alunos*. Belo Horizonte, MG: Fino traço, 2012, p. 83 - 91.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para reconhecer a obrigatoriedade do ensino de arte no currículo oficial da rede de ensino. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 11.645**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” Brasília, DF, 2008

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: arte (1ª a 4ª séries)**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

COLL, César. **Aprendendo arte: Conteúdos essenciais para o ensino fundamental**. In: TEBEROSKY, Ana. São Paulo: Ática, 2000

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **Etnias e culturas no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

DUARTE JUNIOR, João Francisco. **Por que arte-educação?** 14. ed. Campinas: Papyrus, 1991.

GRUPIONI, Luis Donisete Benzi (Org.) **Índios no Brasil**. 2. Ed. Brasília: MEC, 1994.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2003.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014

MARTINS, Mirian Celeste; PICOSQUE, Gisa; GUERRA, Maria Terezinha Telles. **Teoria e prática do ensino de arte - A língua do mundo**. São Paulo: FTD, 2010.

MELO, Alessandro de. **Fundamentos socioculturais da educação**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

MORIN, Edgar. **Complexidade e transdisciplinaridade: a reforma da universidade e do ensino fundamental**. Natal, RN, EDUFRN, 1999.

PILETTI, Nelson. **História do Brasil**. São Paulo: Ática, 1996.

PILOTTO, Silvia Sell Duarte; SCHRAMM, Marilene de Lima Korting. **Reflexões sobre o ensino das artes**. Joinville: Ed Univille. 2001.

RATTS, Alex; DAMASCENO, Adriane. **A participação africana na formação cultural brasileira**. In: UNB. Centro de Educação à Distância. Educação Africanidades Brasil. Brasília: UnB/CEAD, 2006. p.169-183

RIBEIRO, Darcy. **Suma etnológica brasileira**. Vol. 3: Arte índia. Rio de Janeiro: Vozes, Finep 1986. p. 29-64

RICHTER, Ivone Mendes. **Interculturalidade e estética do cotidiano no ensino das Artes Visuais**. Campinas: Mercado das Letras, 2003.

ROSA, Maria Inês de F. P. dos Santos; SCHNETZLER, Roseli P. **A investigação-ação na formação continuada de professores de ciências**. Revista Ciência e Educação. V. 9, n. 1, 2003.

SALUM, Marta Heloísa Leuba. **Multiculturalidade e interdisciplinaridade**. In: Arte Afro-Brasileira: mostra do Redescobrimento. Curadoria de Nelson Aguilar. Catálogo da Exposição realizada pela associação Brasil 500 anos Artes Visuais. São Paulo: Brasil Connects, 2000.

_____. **África: culturas e sociedades**. 2005. Disponível em: <http://www.arteafricana.usp.br/codigos/textos_didaticos/textos_didaticos.html> Acesso em: 26 jun. 2018.

SANTOS, André de Oliveira. **Batuques e samba: afirmações da identidade afrodescendente**. In: FELINTO, Renata (org.). Culturas Africanas e Afro-Brasileiras em sala de aula: saberes para os professores fazeres para os alunos. Belo Horizonte, MG: Fino traço, 2012, p. 45-52.

SILVA, Adriana Tobias. O ensino da arte e a diversidade cultural – investigando a Festa do Divino Espírito Santo com alunos da Educação Básica. In: Congresso Nacional da Federação de Arte/Educadores do Brasil (ConFAEBE), XXVI, 2016, Boa Vista, RR. **Anais**. Boa Vista: ConFAEBE, 2016. Disponível em: <<http://ufrbr.br/confaeb/index.php/anais>> Acesso em: 20 jun. 2018.

TELLES, Teresa S & MELO, Mariana. **Meu Brasil africano**. São Paulo: IBEP, 2013

THOMAS, Mariana Schnorr. A Arte Indígena sob o olhar da identidade e da diferença no livro didático “Arte em Interação”. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ESTUDOS CULTURAIS E EDUCAÇÃO (SBECE), 7., 2017, Canoas, RS. **Anais**. Canoas: SBECE, 2017. Disponível em: <http://www.sbece.com.br/resources/anais/7/1495463014_ARQUIVO_sbece.pdf> Acesso em: 19 jun. 2018.

VIANNA, Carlos. Eduardo. Souza. **Evolução histórica do conceito de educação e os objetivos constitucionais da educação brasileira**. Revista Janus, Nº 04, 2006. Semestral,

Diversidade cultural: a Arte Africana, Afro-Brasileira e Indígena na educação básica

ano III, p. 129-138. São Paulo: FATEA, São Paulo, SP, 2006. Disponível em: <<http://www.publicacoes.fatea.br/index.php/janus/article/viewFile/41/44>> Acesso em: 01 jun. 2018.

ZANINI, Walter. **História geral da arte no Brasil**. São Paulo: Instituto Walther Moreira Salles; Fundação Djalma Guimarães, 1983.